

☆ continuação		BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - CNPJ/MF nº 31.109.417/0001-10	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais, exceto quando de outra forma indicado)			
anos, a partir do início das operações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e sobre remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700. 12. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 29 de março de 2019 houve aumento de capital em R\$1.200.000, mediante a emissão de 1.200.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 30 de junho de 2019 houve aumento de capital em R\$2.096.579, mediante a emissão de 2.096.579 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 30 de setembro de 2019 houve aumento de capital em R\$2.411.000, mediante a emissão de 2.411.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 15 de novembro de 2019 houve aumento de capital em R\$132.565.259, com a subscrição particular de 132.565.259 novas ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00 cada, as quais serão integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2020. Em 27 de dezembro de 2019 houve a integralização de capital em R\$1.222.000, da subscrição realizada em 15 de novembro de 2019, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$139.019.259, representado por 139.019.259 ações ordinárias nominativas, parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, no montante de R\$7.676.000, dividido em 7.676.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.			
b) Reservas de lucro:			
		2018	2018
		(Reapre-	sentado)
	2019	2019	2018
Saldo inicial	18.679	-	-
Reserva legal (i)	-	12.147	-
Reserva de retenção de lucros (ii)	-	6.532	-
Absorção do prejuízo (iii)	(18.679)	-	-
Total das reservas	-	18.679	-
(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A Administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. (iii) As reservas constituídas no exercício de 2018 foram absorvidas pelo prejuízo apresentado em 2019. c) Prejuízos acumulados: A Companhia apresenta prejuízos acumulados após a absorção das reservas de lucros no montante de R\$ 584.063 em 31 de dezembro de 2019.			
13. Receita operacional líquida		2018	2018
		(Reapre-	sentado)
		2019	2018
Receita bruta	6.369.293	1.381.930	1.381.930
Receita de implementação da infraestrutura	6.369.293	1.381.930	1.381.930
Margem de implementação da infraestrutura	113.044	8.626	8.626
Remuneração do ativo de concessão	554.211	24.845	24.845
Total da receita bruta	7.036.548	1.415.401	1.415.401
Tributos sobre a receita	(105.093)	(22.802)	(22.802)
PIS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(105.093)	(22.802)	(22.802)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(9.144)	(410)	(410)
		5.780.133	1.254.101
		2019	2018
		2019	2018
14. Custo de implementação de infraestrutura	6.369.293	1.381.930	1.381.930
Pessoal	1.911.987	-	-
Serviços de terceiros	1.061.083	869.192	869.192
Gastos ambientais	765.099	384.909	384.909
Edificações	1.795.118	-	-
Outros	246.846	-	-
Total	5.780.133	1.254.101	1.254.101
		2019	2018
		2019	2018
15. Despesas gerais e administrativas	466.147	-	-
Pessoal	466.147	-	-
Serviços de terceiros	355.376	1.100	1.100
Tributos	31.624	250	250
Seguros	91.360	17.186	17.186
Outros	21.327	133	133
Total	965.834	18.669	18.669
As despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialmente a serviços de consultoria, folha de pagamento e amortização das despesas antecipadas de seguros.			
16. Resultado financeiro		2019	2018
		2019	2018
Receitas financeiras	-	37	-
Outras receitas financeiras	-	37	-
Total	-	74	-
Despesas financeiras		(500.000)	-
Tarifa de análise de projeto (a)	(500.000)	-	-
Juros	(30)	-	-
Total	(500.030)	-	-
Total	(499.993)	-	-
(a) Corresponde a pagamento de tarifa junto ao Banco do Nordeste (BNB) referente ao serviço de análise de viabilidade do projeto, para o qual não existe expectativa de contratação. 17. Seguros: A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública (nota 7). 18. Instrumentos financeiros: A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em			
DIRETORIA		CONTADORA	
Marco Paulo Tanure - Diretor-Presidente		Carlos Frederico Pontual Moraes - Diretor	
Sandra Soares Máximo - CRC 1SP-301581/O-2			
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Aos Diretores e Acionistas da Borborema Transmissão de Energia S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Borborema Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase sobre a representação dos valores correspondentes: Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, em decorrência da remensuração do ativo de contrato por conta da mudança da taxa de desconto aplicada e consequente mudança da taxa no ganho de eficiência da implementação da infraestrutura, o que é vedado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados para refletir os ajustes identificados, como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A			
Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determina necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante		resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 18 de junho de 2020	
		ERNST & YOUNG Audidores Independentes S.S. CRC - 2SP034519/O-6 Adilvo França Junior Contador - CRC - 1BA021419/O-4-T-SP	

INTS - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE

CNPJ: 11.344.038/0001-06

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2019 - CRESAMU

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação das Demonstrações Contábeis encerrada em 31/12/2019 em Reais.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019			Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2019		
Ativo	Nota	2019	Passivo	Nota	2019
Circulante		1.672.976	Circulante		1.548.862
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.652.361	Fornecedores	3	433.054
Com Restrição		1.652.361	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4	520.504
Créditos a Receber	8.818	8.818	Obrigações Tributárias	5	2.525
Adiantamentos		8.818	Recursos de Convênio e Contratos a Realizar		592.780
Despesas Antecipadas		11.797			
Não Circulante		13.380	Não Circulante		137.494
Imobilizado	2	13.380	Operações entre Unidades		137.494
Com Restrição		13.380			
Total do Ativo		1.686.356	Total do Passivo		1.686.356

I. Objeto e Contexto Operacional da Entidade: O INTS - Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde, é uma Organização Social sem fins lucrativos, qualificada de Utilidade Pública Municipal, com atuação na área da saúde, com foco na pesquisa e inovação das melhores práticas tecnológicas para a gestão pública e operação de unidades na área da Saúde, bem como ações e serviços de promoção da saúde, sem contraprestação dos usuários. Em 01 de setembro de 2019 foi firmado contrato com o INTS e o Consórcio Regional de Saúde e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - CRESAMU denominado contrato de Gestão Nº 001/2019, que tem por objeto a gestão, operacionalização das atividades de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, sendo que as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, hora apresentadas, relacionadas apenas as operações advindas desse contrato de gestão. **II. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), Resolução CFC n.º 1.409/12 - que aprova a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucro, Resolução CFC n.º 1.255/09 e suas alterações - que aprova NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e Demais NBC TG, quando aplicáveis.

III. Notas Explicativas: 1- A Entidade não possui recursos em Caixa, os recursos recebidos em razão de convênio são alocados em contas correntes que foram criadas especificamente para gerir os mesmos e serem devidamente aplicados, aqui qualificados como "Recursos com restrição". As aplicações financeiras referem-se substancialmente a CP Automática, remuneradas a taxas de mercado. Esses Recursos financeiros "com restrição" têm uma destinação específica ao objeto do contrato, sendo chamados de recursos carimbados, demonstrados por rubricas pré-definidas que determinam os gastos relacionados aos recursos captados, não podendo haver superávit. 2- O Imobilizado com restrição é apresentado pelo custo de aquisição ou valor original, bem como a depreciação é calculada pelo método linear às taxas anuais, o mesmo refere-se ao Intangível, havendo apenas mudança na amortização calculada pelo método linear a taxa anual, 3- O Passivo é composto por valores nominais e representados pelo saldo constante em 31 de

dezembro de 2019, contabilizados de acordo com o regime de competência, 4- As obrigações decorrem basicamente da folha de pagamento da Entidade, 5- A maior parte das obrigações fiscais estão relacionadas a impostos retidos. 6- Até a data da aprovação das demonstrações contábeis e notas explicativas não houveram fatos relevantes que gerasse a necessidade de informar nas demonstrações contábeis e/ou em notas explicativas.

Reconhecemos a exatidão do presente Demonstrações Contábeis. Salvador-BA, 31 de dezembro de 2019

EMANOEL MARCELINO BARRIOS SOUSA - Presidente - INTS
DANIELA SANTIAGO - Contador - INTS - CRC-GO 023.084/O-9

